

REALIZAÇÃO



RECONSTRUIR O BRASIL
COM SOBERANIA POPULAR,
ENGENHARIA E O
MOVIMENTO SINDICAL

13 CONSENSE

CONGRESSO NACIONAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

31 de agosto a 2 de setembro de 2023
Rio de Janeiro - RJ

PATROCÍNIO



mutua
Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea

APOIO

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 3 |
| TEMA 1 - A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL | 7 |
| UMA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES | 8 |
| CRISE BIOSOCIOPOLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL..... | 37 |
| OS MÚLTIPLOS DESAFIOS DA QUESTÃO URBANA BRASILEIRA | 45 |
| TEMA 2 - ORGANIZAÇÃO SINDICAL | 55 |
| ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA SINDICAL E FORTALECIMENTO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA: DIRETRIZES DE UMA AGENDA SINDICAL TRANSFORMADORA | 56 |
| A ENGENHARIA BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS..... | 74 |

APRESENTAÇÃO

Reconstruir o Brasil com Soberania Popular, Engenharia e o Movimento Sindical é o lema do 13º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros – CONSENGE que tem, ainda, como temas centrais “A Reconstrução do Brasil” e “Organização Sindical”. Essa proposta de estrutura temática elaborada antes mesmo das eleições de 2022 estabeleceu, muito acertadamente, os eixos da agenda de debates que serão travados no Congresso bem como a referência para a elaboração das diretrizes para a ação da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros e dos Sindicatos de base no próximo triênio.

Em sua tradição de organização dos congressos, como uma etapa preparatória e muito relevante, a Federação e suas entidades filiadas realizam encontros / congressos regionais que utilizam como base e estímulo aos debates esse caderno de teses, ora apresentado, que contém cinco textos de autores e palestrantes do 13º CONSENGE. Pela ordem de apresentação dos textos, são eles Ladislau Dowbor, Tainá de Paula, Gilmar Mauro, tendo como coautora Fernanda Mauro Garcia, Clemente Ganz e Marcos Túlio de Melo.

Ladislau Dowbor é economista, professor da PUC-SP, consultor de diversas agências da ONU e autor de numerosos livros e estudos técnicos. Tainá de Paula, é técnica urbanista, secretária de ambiente e clima da cidade do Rio de Janeiro e vereadora licenciada da cidade, com longa militância na área de arquitetura e urbanismo. Gilmar Mauro é membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com forte atuação em prol da reforma agrária e da agroecologia. Clemente Ganz é sociólogo, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, tendo sido diretor técnico do DIEESE, entre outras atribuições em sua larga trajetória de atuação no Mundo do Trabalho. Marcos Túlio de Melo, por sua vez, é engenheiro civil, com especialização em saneamento e engenharia econômica, tendo sido conselheiro federal, presidente do CREA-MG e presidente do CONFEA, compondo, atualmente, o Conselho Fiscal do SENGE-MG e o Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros.

Apesar das singularidades ensejadas pelos temas tratados em cada texto, perceberá o leitor que, em consonância com o leque de possibilidades aberto pelos resultados das eleições de 2022 e com a tarefa inadiável de (re) construir o país, há um fio condutor comum, uma espécie de intenção central na contribuição de cada autor que aproxima os textos tornando-os complementares e formando um todo coerente. Trata-se da preocupação em cada tese com o questionamento ao atual estado de coisas e com a elaboração de propostas que nos façam repensar profundamente a forma de organização social, política e econômica do país. É um convite a pensarmos grande.

O primeiro texto, do professor Ladislau Dowbor, intitulado “Uma política econômica e social para a reconstrução do Brasil e superação das desigualdades”, como o próprio nome sugere, cobre um amplo espectro de problemas sociais e econômicos e apresenta, para cada aspecto considerado mais relevante pelo autor, propostas concretas para o seu enfrentamento. Para Ladislau, o Brasil tem plenas condições de permitir a seu povo viver com dignidade e razoável padrão de bem-estar, mas deve, para tanto, estancar os “drenos improdutivos”, em especial, aquele relacionado à financeirização, que tornam nossa economia disfuncional, paralisando-a, e promovem uma imensa concentração da renda. Para sua superação, Ladislau identifica quatro eixos de atuação: “organizar a inclusão produtiva, assegurar as bases financeiras correspondentes, atualizar as formas de gestão para que as políticas funcionem, e ampliar as bases políticas para que essas mudanças sejam possíveis”.

Tainá de Paula é a autora do segundo texto, que tem suas atenções voltadas para a questão urbana brasileira, para os desafios fundamentais a serem enfrentados para a construção de uma cidade diferente, inclusiva, resiliente, adaptada e que dê vazão à imensa demanda acumulada da população por melhores condições de vida, especialmente daquela parcela mais pobre, da periferia, das favelas, tão presentes em nossas megalópoles. Num texto com muitas indagações / provocações, chama atenção para as necessidades e correspondentes possibilidades que se abrem na área do saneamento, da habitação, do transporte, mas, também, enfatiza a necessidade de iniciarmos desde agora, “do hoje”, as mudanças nas cidades para lidar com os problemas ambientais e do clima, que não são mais meras projeções para o futuro e sim uma realidade. Perpassando essas discussões, a autora indaga sobre o papel dos profissionais da engenharia, da arquitetura

nessas transformações e enfatiza a necessidade de que novos atores, novas vozes sejam ouvidas na elaboração das políticas públicas voltadas a essa temática.

O terceiro texto, de Gilmar Mauro e Fernanda Mauro Garcia, problematiza a questão da soberania ambiental e alimentar de forma bastante abrangente, questionando nossa própria relação com a natureza, nosso atual e insustentável modo de produzir e consumir, apontando, apoiados em sólidos indicadores, os imensos desafios ambientais, sociais, econômicos e alimentares que temos à nossa frente e a necessidade de repensarmos profundamente nossas práticas sob pena de comprometermos o nosso futuro comum e produzirmos uma “catástrofe sociobiopolítica”. A combinação da brutal concentração de renda e da propriedade da terra, de um lado, com as constantes e crescentes agressões à natureza, de outro, são impulsionadas pela especulação financeira predominante no capitalismo em seu estágio atual. E, para interromper esse processo, os autores sugerem um conjunto de propostas de transformação que mostra ser possível pensar um novo mundo, para o qual, entre outros aspectos, a reforma agrária e a agroecologia são ingredientes fundamentais.

Clemente Ganz, que está participando ativamente das discussões sobre mudanças na legislação sindical e trabalhista, em assessoria ao Fórum das Centrais Sindicais brasileiras, apresenta neste texto uma série de propostas, denominadas “Atualização do Sistema Sindical e Fortalecimento da Negociação Coletiva”, que ainda estão em elaboração e negociação com o governo federal, representações patronais, dentre outros atores atinentes ao tema. Após fazer um retrospecto das mudanças ocorridas na legislação sindical depois da Constituição Federal de 1988 e um sumário das alterações nas legislações implementadas em dezenas de países na sequência da crise financeira internacional de 2008, apresenta o que denomina de “Fundamentos para um projeto de mudança” e as diretrizes, propriamente ditas, para “um projeto de valorização da negociação coletiva e de atualização do sistema sindical”. As propostas compreendem questões como financiamento sindical, organização sindical, representação sindical, negociação coletiva e, como não poderia deixar de ser, pela natureza polêmica de tais assuntos, certamente, ensejará acalorado debate.

O último texto dessa série de cinco contribuições foi elaborado pelo engenheiro e dirigente sindical Marcos Túlio de Melo e trata, exatamente, das questões de interesse institucional do profissional da engenharia. Em caráter introdutório, o autor enfatiza a importância da engenharia e de seus profissionais para a consecução de um projeto de desenvolvimento nacional e com soberania, algo que nunca é demasiado ressaltar. Em continuidade, apresenta um histórico da constituição do sistema CONFEA / CREA e da sua Caixa de Assistência – MÚTUA, bem como suas atribuições e alterações ocorridas ao longo do tempo no arcabouço institucional que regulamenta a profissão. Em seguida, adentra na discussão dos “conflitos [internos e externos] de atribuições profissionais”, finalizando com a apresentação da regulamentação da profissão de engenheiro e das propostas para desregulamentação ou flexibilização da regulamentação objeto de debate nas entidades do setor e no Congresso Nacional.

Como se pôde perceber por essa apresentação, os autores aportam uma valiosa contribuição ao debate e aos trabalhos que virão a ser realizados nos encontros / congressos regionais e, posteriormente, no 13º CONSENTEGE. São teses com análises realistas sobre a situação dura e desafiadora em que nos encontramos, mas, ao mesmo tempo, carregadas de otimismo e esperança nas sugestões que fazem para a (re) construção do Brasil.

É um material rico que, certamente, apoiará os debates e a elaboração, por parte dos engenheiros e engenheiras congressistas, de propostas de diretrizes para a ação da FISENTEGE no próximo triênio. Trata-se de um período histórico que demandará de todos nós participação e engajamento firme e decidido não apenas para impedir qualquer retrocesso histórico, combatendo a ultradireita sem tréguas, como, principalmente, para firmarmos os alicerces para a construção da nação que sonhamos e queremos legar às nossas próximas gerações. Esperamos que este material inspire e estimule a todos nessa jornada.

Boa leitura!

TEMA 1 - A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Subtema 1.1 - Uma política econômica e social para a reconstrução do Brasil e a superação das desigualdades

Subtema 1.2 - Políticas públicas estratégicas: cidades, soberania ambiental e alimentar

UMA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES¹

Ladislau Dowbor²

O Brasil não é um país pobre. Por mais óbvio que isso possa parecer, simplesmente é ignorado. Se dividirmos o PIB (Produto Interno Bruto) de 2022, da ordem de 10 trilhões de reais, pela população, 215 milhões, constatamos que o que produzimos de bens e serviços equivale a 15 mil reais por mês por família de 4 pessoas. Podemos buscar finezas, como falar em renda nacional líquida em vez de Produto Interno Bruto, ou acrescentar o capital fixo construído. Mas o essencial é que o que produzimos é amplamente suficiente para assegurar a todos uma vida digna e confortável, bastando para isso uma redução moderada da desigualdade. Mas isso é declarado como guerra política pelos chamados “mercados”. A desigualdade se tornou o grande obstáculo estrutural ao desenvolvimento do país.

Quem são os “mercados”? Basta olhar a publicação anual da Forbes *Bilionários Brasileiros* (2022) que apresenta a ficha de 290 bilionários brasileiros. Em primeiro lugar Jorge Paulo Lemann, com uma fortuna de 72 bilhões, atolado nas fraudes das Americanas junto com Marcel Telles e Carlos Sicupira, com uma fortuna conjunta do grupo se elevando a 140 bilhões. Para ter uma referência quanto à fortuna dessas três pessoas, basta lembrar a guerra que significou aprovar a PEC da Transição, 145 bilhões, para mais de 50 milhões de pessoas em situação crítica. Eduardo Saverin, segunda fortuna, com 58,2 bilhões, enriqueceu com Facebook e mora em Singapura. O básico é que enquanto décadas atrás as grandes fortunas eram de grandes produtores de bens e serviços, construtoras, produtores de automóveis e semelhantes, os “capitães da indústria”, hoje, são essencialmente donos de ações de empresas que intermedeiam e cobram pedágio

¹ Texto de apoio ao Congresso do Sindicato dos Engenheiros, baseado no livro *Resgatar a Função Social da Economia: uma questão de dignidade humana*, Ed. Elefante, 2022 - <https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>

² Ladislau Dowbor é economista, professor da PUC-SP, consultor de diversas agências da ONU, e autor de numerosos livros e estudos técnicos, disponíveis online no site <https://dowbor.org> – Ver em particular o livro *Resgatar a função social da economia*, <https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html> e o artigo *O dreno financeiro que paralisa o país*, <https://dowbor.org/2023/02/o-dreno-financeiro-que-paralisa-o-pais-a-farsa-do-deficit.html>

sobre atividades de terceiros. É o capitalismo financeirizado. São grupos poderosos, muito articulados com o sistema financeiro internacional. O ponto chave é que entre o poder econômico e financeiro de um lado, com as suas ramificações políticas, e os interesses do desenvolvimento do país, gerou-se uma ruptura. O enriquecimento das elites passa pelo dreno de riquezas, não pelo investimento produtivo.

Um exemplo: quando o governo eleva a taxa básica de juros (Selic) para 13,75%, este valor será pago pelo governo, aos detentores privados dos títulos da dívida pública, basicamente os 10% mais ricos da sociedade, usando os impostos que pagamos. Ou seja, esses impostos, em vez de financiarem educação, saúde ou infraestruturas, vão para os grandes grupos financeiros, que aqui chamamos de “mercados”. O Estado não se endividou para construir escolas, por exemplo, ou no Bolsa Família: 82% do aumento da dívida pública resultam de juros acumulados. Sem nenhuma contribuição produtiva, esses grupos drenam anualmente, só nesta modalidade, cerca de 600 bilhões de reais, ou seja, o equivalente a cerca de 6% do PIB. Esses 6% do PIB podiam se transformar em investimentos produtivos, mas para que um dono de fortuna vai arriscar no mercado real, se pode ganhar 13,75% sem risco e sem esforço?

Outro dreno é a evasão fiscal. O SINPROFAZ (Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional) estima que “de 1º de janeiro a 23 de novembro [2020], o Brasil perdeu R\$ 562 bilhões devido a práticas ilícitas para evitar o pagamento de impostos. São recursos que, se tivessem entrado no caixa do Governo, poderiam ser revertidos em políticas públicas: em estradas, construções de escolas, ou como agora, na pandemia, com mais investimentos em saúde ou ajudando a população mais vulnerável com o auxílio emergencial”.³ São 7,6% do PIB da época. As pessoas comuns não têm como praticar a evasão, ou porque são assalariados e têm desconto na folha, ou porque são consumidores: a massa da população gasta o essencial com compras e paga os impostos incorporados no preço. Já temos aqui, somando a dívida pública e evasão, por baixo, um dreno de 12% do PIB. Lembremos que o Bolsa Família antigo representava 0,5% do PIB, e que a PEC da Transição representou cerca de 1,5% do PIB.

³ Ver também Felipe Clemente (et al.) *Brazilian Evidence on Tax Evasion and Enforcement – Criminal Justice Review*, 2021 – Sage Publications <https://www.sinprofaz.org.br/pdfs/sonegacao-fiscal-o-povo-fortaleza-ce.pdf>

Os juros praticados no Brasil, para pessoa física e pessoa jurídica, constituem um dreno mais amplo. Pesquisa apresentada no jornal Estado de São Paulo, apontava que os juros tiravam um trilhão de reais da economia real, em 2016, o que representava na época 16% do PIB.⁴ O relatório *Estatísticas monetárias e de crédito* do Banco Central, de janeiro de 2023, revela que o volume de crédito privado concedido a pessoas físicas e jurídicas, com um total de 5,3 trilhões, distribuídos em 1,4 trilhão para pessoa jurídica no crédito livre, pagando juros de 23,1% (seria 3 a 4% na Europa); 1,8 trilhão concedido a pessoas físicas, com juros de 55,8%; e 2,2 trilhões em crédito direcionado. “A taxa média de juros das contratações finalizou o ano de 2022 em 29,9% a.a.”⁵ Essa média sobre os 5,3 trilhões concedidos em 2022 daria um dreno da mesma ordem que o de 2016, cerca de 1,5 trilhão, 15% do PIB. O controle dos “mercados” é firme. Alguma parte disso volta para a economia real? Não temos esse dado para o Brasil, mas o cálculo equivalente nos Estados Unidos, do *Roosevelt Institute*, é de que são apenas 10%. Mariana Mazzucato, no caso da Grã-Bretanha, calcula 15%. De toda forma, trata-se de um gigantesco dreno improdutivo, que gera as fortunas impressionantes dos bilionários brasileiros que a Forbes apresenta, e também dos grandes gestores de ativos internacionais, como a BlackRock.⁶

O Brasil não é um país pobre. É um país dramaticamente mal administrado, ou melhor dizendo, administrado com eficiência por capitais divorciados dos interesses do país. A dinâmica financeira se reflete na economia real de outra forma: há duas décadas, a indústria representava 22% do nosso PIB, hoje na ordem de 11%. O país se desindustrializou em proveito de dois grandes drenos econômicos: o sistema financeiro, e a exportação de bens primários ou semi-primários, dois setores fortemente articulados com o sistema financeiro internacional. Basta lembrar que as famílias brasileiras estão atoladas em dívidas com juros de agiota, e que enquanto produzimos em média 4 quilos de grãos por pessoa por dia (última safra), temos 33 milhões de pessoas passando fome,

⁴ *Crise de crédito tira R\$1 tri da economia e piora recessão* – OESP, 18 de dezembro de 2016. Ver análise em L. Dowbor, *A Era do Capital Improdutivo*, p. 211 - <https://dowbor.org/2017/11/2017-06-1-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-literaria-sao-paulo-2017-316-p-html.html>

⁵ *Estatísticas monetárias e de crédito* – 27/01/2023 – Banco Central <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>

⁶ Mariana Mazazucato – *The Value of Everything* – 2018 – “O setor financeiro presentemente representa uma parte significativa e crescente do valor agregado e dos lucros da economia. Mas apenas 15% dos fundos gerados vão para empresas nas indústrias não-financeiras.” (P. 136 da edição original em inglês.)

e 125 milhões em insegurança alimentar. O divórcio entre os interesses dos “mercados” e os interesses do país se tornou gritante.

Essa compreensão é essencial para dimensionar o caráter estrutural das mudanças necessárias. No resumo geral, trata-se de fazer a economia funcionar para o país. É importante lembrar que os cerca de 600 bilhões que os grupos financeiros drenam, por meio da taxa Selic, são recursos dos nossos impostos. O dinheiro que os bancos nos emprestam com juros de agiotas são nossas poupanças. Em termos estratégicos, de visão de conjunto, trata-se de reorientar o uso dos recursos para que o país funcione, e isso envolve o enfrentamento dos drenos improdutivos. Os recursos são nossos, e devem servir ao nosso desenvolvimento.

Agrupamos as propostas em quatro eixos: 1) a inclusão produtiva, focando em particular o nosso principal dilema, a desigualdade; 2) os mecanismos financeiros, focando as medidas necessárias para que os recursos sirvam ao desenvolvimento equilibrado, e não apenas à alimentação de fortunas privadas; 3) a modernização da gestão, dos processos decisórios hoje inoperantes, no sentido da descentralização e da reapropriação pela base da sociedade, inclusive aproveitando as novas tecnologias e a conectividade em rede; 4) e o repensar da base política de sustento às novas dinâmicas de desenvolvimento inclusivo, em particular articulando as desigualdades de renda e de riqueza, mas também as desigualdades regionais, de gerações, de raça, de gênero, de sexualidade, buscando o resgate da dignidade humana para o conjunto da sociedade: trata-se da dimensão político-cultural das transformações que temos pela frente.⁷

1) Inclusão produtiva

A inclusão produtiva como eixo estratégico está diretamente ligada à imensa subutilização dos fatores de produção que vimos acima. Lamentar o déficit público, quando foi paralisada a fonte de recursos - que é a base produtiva do país - não faz sentido. Ao fragilizar o consumo da população, ao travar o acesso às políticas sociais, ao reduzir os investimentos em infraestruturas e ao aumentar o desemprego, o resultado é uma

⁷ Detalhamos propostas de reorientação do nosso desenvolvimento no livro *O Pão Nosso de Cada Dia*, em edição ampliada de 2021 - <https://dowbor.org/2015/06/1-dowbor-o-pao-nosso-de-cada-dia-os-processos-produtivos-no-brasil-ed-fundacao-perseu-abramo-sao-paulo-2015144p-isbn-978-85-7643-266-1.html>

paralisia geral. As propostas vão no sentido da dinamização da economia pela base, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento, abrangem: acesso à renda, políticas sociais, investimentos em infraestruturas e políticas públicas de emprego.

- **Assegurar renda na base da sociedade**

No Brasil de 2022, nós temos 19 milhões de pessoas passando fome, das quais cerca de 20% são crianças. Isso é um crime. E temos 116 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, ou seja: ora elas têm, ora não têm comida. Isso num país que produz alimento para o exterior, simplesmente porque, com a Lei Kandir - que isenta de impostos a produção para mercados externos - e com a valorização do dólar, exportar rende mais para os *traders* de commodities. Mas também faltam habitações, um déficit de cerca de 6 milhões de unidades, e outros bens e serviços básicos, enquanto as empresas funcionam com uma capacidade ociosa entre 25% e 30%, essencialmente porque não há mercado, ou seja, pessoas com capacidade de compra. Essa compreensão é central para o desenho de uma estratégia de desenvolvimento, já que temos ao mesmo tempo necessidades não preenchidas e subutilização de capacidade.

Colocar recursos na base das sociedade, por meio de uma renda básica, da elevação do salário mínimo, da reconstrução da previdência, da garantia de preços mínimos para o pequeno agricultor – sabemos bem como assegurar um fluxo maior de renda para a base da sociedade – gera bem-estar das famílias, dinamiza as empresas, amplia o emprego e não gera inflação, como não gerou durante a fase de inclusão produtiva dos anos 2003 a 2013 no Brasil, nem nas outras experiências distributivas como o *New Deal* americano ou o Estado de bem-estar de muitos países.

Algumas coisas não podem faltar a ninguém: é um crime termos crianças e adultos passando fome quando há comida, uma mãe não ter como pagar um medicamento para os filhos, gente vivendo na rua em situações sub-humanas. O Bolsa Família foi um imenso progresso, gerou formas eficientes de organização e controle, mas é preciso garantir a sua regularidade para além da alternância dos governos. Não podemos continuar com famílias que ora não recebem, ora recebem 600 reais como em 2020, ou cerca de 300 com diferenciações, ou ainda 400 reais, segundo fluxos e refluxos políticos: o básico não pode faltar a ninguém, e a universalização do acesso a um mínimo é uma questão de bom senso

econômico, mas também de sentimento de segurança e de tranquilidade essencial para a vida das famílias.

Temos os recursos financeiros, desenvolvemos todas as tecnologias necessárias de transferência e controle, e sabemos que é politicamente certo, humanamente justo e economicamente eficiente. Temos de assegurar um fluxo estável, previsível de renda para a base da sociedade. Em particular, sabemos que num país de imensos recursos subutilizados, dinamizar a economia pela demanda agregada é fundamental, e os recursos financeiros retornam com sobras. Sugerir que se as pessoas tiverem uma renda básica, elas irão “se encostar” é um preconceito intolerável, inclusive desmentido pelos fatos: trata-se de um piso (*floor*, em inglês, é mais explícito) que permite que todos possam construir suas vidas.⁸

- **Assegurar os investimentos em políticas sociais**

O bem-estar das famílias não depende apenas de dinheiro no bolso. Como ordem de grandeza, 60% do equilíbrio econômico das famílias depende de poder pagar contas e compras, mas os outros 40% dependem do acesso a bens de consumo coletivo: precisamos de segurança, mas não se compram delegacias. Não se compram escolas, hospitais, parques necessários ao convívio urbano, rios limpos, ruas arborizadas e tantos serviços essenciais para uma vida digna. O Teto de Gastos e outras limitações de prestação de políticas sociais de acesso gratuito universal constituem um contrassenso econômico, e um sequestro dos bens comuns. Privatizações na área da saúde resultam na indústria da doença (vide os custos e ineficiência dos planos privados de saúde). Na educação, geram elitização e uma autêntica indústria do diploma. Na segurança geram milícias, como vemos tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos.

Em vez de discursos ideológicos sobre ‘Estado mínimo’ e ‘redução de gastos’, temos de resgatar a dimensão pública e de acesso universal a serviços que são absolutamente essenciais, como saúde, educação, segurança, e evidentemente a sustentabilidade ambiental. Com exceção dos Estados Unidos, os países desenvolvidos asseguram o

⁸ Os trabalhos de Eduardo Suplicy são muito esclarecedores: mais do que de política de esquerda, trata-se de decência humana, além de bom senso econômico. Enquanto discutimos de política, que as crianças comam. O estudo de Philippe Van Parijs, *Basic Income and the Left* (2020), sistematiza os argumentos.

acesso público, gratuito e universal, porque é incomparavelmente mais desburocratizado e eficiente.

Para o Brasil, esse resgate das políticas sociais pelo Estado é particularmente importante, na medida em que o acesso público, gratuito e universal, constitui uma poderosa ferramenta de redução das desigualdades, nosso principal entrave estrutural. E os impactos sistêmicos são imensos, na medida em que uma população mais saudável, com níveis cada vez mais elevados de educação e conhecimentos científicos, com mais acesso à cultura, não apenas terá melhor qualidade de vida, como se tornará mais produtiva.

Qualificar políticas sociais como “gastos”, e colocar um teto, enquanto recursos transferidos para os grupos financeiros são qualificados de ‘lucros e dividendos’ e isentos de impostos, é simplesmente absurdo em termos econômicos, ainda que compreensível em termos dos interesses das corporações financeiras que drenam o país. Políticas sociais constituem investimentos de primeira importância para o nosso futuro.⁹

- **Ampliar investimentos em infraestruturas**

As políticas sociais de acesso público, gratuito e universal são essenciais para o bem-estar das famílias, que é o objetivo do desenvolvimento, mas também para a produtividade de todo o sistema produtivo: mão de obra saudável, bem formada, riqueza cultural, segurança, política ambiental, melhores equilíbrios sociais são essenciais para um ambiente dinâmico de construção do país. Igualmente importantes são os investimentos em infraestruturas, que tanto melhoram a qualidade de vida das famílias – com ruas asfaltadas, sistemas públicos de transporte, infraestruturas de internet, acesso à energia barata, sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgotos por exemplo – como melhoram a produtividade das empresas. Neste sentido, o uso de recursos públicos pode ser fortemente ampliado, pois, ao gerar produtividade mais elevada, assegura o retorno sobre o investimento. O essencial, naturalmente, é investir de maneira planejada de forma

⁹ Carlos Luque et al., no artigo mencionado (Valor, 11 de maio 2022), calculam que 82% do aumento da dívida resultam dos altos juros pagos aos grupos financeiros. “Os déficits primários desde 1995 são responsáveis pelos 18% restantes. O governo se endividou para pagar juros e a contrapartida do aumento da dívida desde 1995 são juros pagos aos detentores da dívida, nacionais e estrangeiros. É curioso que tanto foco tenha sido posto sobre o controle do gasto público e tão pouco em estabelecer juros a níveis mais razoáveis.” É a farsa que levou ao “teto de gastos”, desmonte da aposentadoria e dos direitos trabalhistas. A elevação dos juros sobre a dívida pública, quando não se trata de inflação de demanda, resulta numa apropriação escandalosa de recursos públicos. Como vimos, trata-se de entre 5 e 7% do PIB.

a garantir a elevação da produtividade sistêmica da economia. Não é gasto, é investimento produtivo.

O papel do Estado é fundamental, como se constatou nos investimentos em infraestrutura tanto na Europa como na China, na Coreia do Sul e outros países: redes integradas e articuladas de infraestruturas de transporte, de comunicações, de energia e de água e saneamento asseguram economias externas para o conjunto das atividades produtivas. As opções guiadas apenas por interesses privados, como no caso dos transportes no Brasil, levaram a que o transporte das pessoas nas cidades seja em grande parte individual, que o transporte de carga seja essencialmente por estrada e caminhão, e que o transporte interurbano de pessoas seja por avião – em todos os casos, opções menos eficientes se comparadas com o transporte público de massa, a cabotagem e redes ferroviárias para carga, e os trens de grande velocidade para a mobilidade regional interurbana. Ou seja, com planejamento, há imensos ganhos em termos de produtividade sistêmica a serem resgatados.

Aqui, o Brasil tem tanto os recursos financeiros – investimentos que aumentam a produtividade retornam – como as capacidades técnicas, aliás fragilizadas pelos grupos corporativos que se apropriaram da política. E a reorganização das infraestruturas no país pode ser fonte de um conjunto de iniciativas intensivas em mão de obra, políticas que geram ao mesmo tempo melhor produtividade sistêmica pela qualidade das infraestruturas, renda para as famílias pelos empregos criados na construção das infraestruturas, e dinamização da demanda agregada na base da sociedade.

- **Políticas públicas de emprego**

A imensa massa de recursos humanos subutilizados constitui um desafio e uma oportunidade. Como sugeriu Celso Furtado, quando a produção de uma pessoa é zero, qualquer atividade é lucro. A já mencionada *Operação Praia Limpa*, organizada há décadas pelo prefeito de Santos, David Capistrano, representa um exemplo que pode ser multiplicado por todo o país, segundo as circunstâncias: foi feito um cadastro dos desempregados e subempregados do município, e com recursos do município foram realizadas obras de saneamento básico e limpeza das praias, contaminadas pelos esgotos dos prédios, ilegalmente conectados com galerias pluviais. O resultado foi a geração de milhares de empregos com financiamento da prefeitura. O impacto indireto foi o resgate

da balneabilidade nas praias, a dinamização do turismo e a geração de numerosos empregos permanentes na hotelaria, restaurantes e outros serviços, por sua vez gerando recursos para o município. São recursos que se multiplicam.

Considerando as dimensões da subutilização da mão de obra no Brasil, inclusive com muitos técnicos com curso superior, ficar esperando que “os mercados” resolvam não faz o mínimo sentido, em particular considerando a penetração de novas tecnologias nos processos produtivos. O Governo Biden está estudando o *Public Employment Program*; a Índia tem programas municipais de projetos públicos intensivos em mão de obra (*National Rural Employment Guarantee Act, 2005*) que garantem 100 dias de emprego pago ao ano. Obras de saneamento básico, por exemplo, que costumam ser intensivas em mão de obra, geram economias na área da saúde, que são da ordem de 4 vezes o custo do saneamento. São investimentos que geram emprego e multiplicam recursos.

Exemplos nacionais e internacionais não faltam. O drama do desemprego, da informalidade e da subutilização de recursos humanos, com todo o sofrimento que geram, podem e precisam ser transformados em produtividade: não são gastos, são investimentos. Precisamos de políticas públicas de emprego, com as formas de organização correspondentes, em particular iniciativas municipais, já que a mão de obra é local. Os 5.570 municípios do país podem se transformar em canteiros de obras, com infraestruturas, manutenção urbana, arborização, e tantas iniciativas que elevam a produtividade sistêmica do território.¹⁰

E há inúmeras oportunidades de geração de emprego ao assegurar apoio de microcrédito e tecnologia para pequenos produtores, compras governamentais locais, garantia de preços, melhoria das infraestruturas de transporte e comunicações, generalização do acesso à internet e outras iniciativas que asseguram melhores condições de iniciativa empresarial, como se viu em tantos empreendimentos na década 2003-2014, por exemplo, com o programa de microcrédito produtivo e orientado dos bancos públicos. Trata-se de liberar capacidades produtivas e potenciais imobilizados no quadro das

¹⁰ Ver em particular o relatório de pesquisa *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local* (2009), em <https://dowbor.org/2009/06/politica-nacional-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-2009.html>, com aportes de Márcio Pochmann, Pedro Paulo Martone Branco, Juarez de Paula, Paulo Vannuchi, Sílvio Caccia Bava e Ladislau Dowbor. Particularmente importante é o estudo já mencionado de Pavlina Tcherneva, sobre garantia de emprego, resenha disponível em <https://dowbor.org/2022/05/the-case-for-a-job-guarantee.htm>

absurdas políticas de “austeridade”, que, sob com o pretexto da “responsabilidade fiscal” paralisou o país.

Este primeiro eixo, que podemos resumir como de inclusão produtiva, segue a orientação geral de dinamização do conjunto da economia pela base, ampliando a demanda de bens e serviços de consumo individual, o acesso a bens e serviços de consumo coletivo como saúde, educação e segurança, os investimentos em infraestruturas que melhoram a produtividade geral, aproveitando o imenso potencial subutilizado de mão de obra. Tudo isso representa investimentos por parte do Estado, mas ao dinamizar recursos parados, gera retorno. A demanda na base da sociedade estimula a produção e investimentos empresariais, o acesso a bens públicos de consumo coletivo reduz os custos pelas economias de escala e de organização, melhores infraestruturas reduzem os custos de produção de todos os setores, enquanto o melhor aproveitamento da mão de obra generaliza tanto o bem-estar das famílias como a produtividade sistêmica. É um ganha-ganha, o chamado *win-win*.

2) Políticas de financiamento

A política de inclusão produtiva passa pelo uso inteligente do dinheiro, o que em economia chamamos de alocação racional de recursos. Vimos acima que o Brasil não é um país pobre. É um país onde os recursos financeiros são desviados para atividades improdutivas, as riquezas naturais para exportação (sem pagar impostos), os bens públicos para grupos privados nacionais e internacionais: é a grande farra corporativa que caracteriza a política pós-2014. Repetindo, o que produzimos anualmente de bens e serviços, o PIB, de 8,7 trilhões em 2021, para uma população de 214 milhões de habitantes, representa cerca de 13 mil reais por mês por família de 4 pessoas. Com uma carga tributária da ordem de 34% do PIB, o Estado dispõe de recursos suficientes para financiar as políticas necessárias. O problema central é a profunda deformação da incidência da carga tributária, a agiotagem generalizada no sistema de crédito, e a política fiscal que privilegia grupos financeiros e intermediários que drenam a economia em vez de fomentá-la. As quatro principais mudanças necessárias se referem à política tributária, política de crédito, aproveitamento das exportações primárias e política fiscal. Ou seja, de onde vem o dinheiro, como é intermediado, e em que é investido.

- **Política tributária**

A política tributária no Brasil é injusta, improdutiva e ineficiente. Os debates no Congresso são intermináveis porque se trata de homens brancos e ricos que, em grande parte, organizam a cobrança e o uso dos impostos em proveito de si mesmos. O básico é que os países que funcionam usam os impostos para redistribuir, equilibrando melhor a sociedade. No Brasil, a tributação é utilizada para concentrar ainda mais. Precisamos de tributação progressiva, não regressiva. A metade dos nossos tributos vem de impostos indiretos, embutidos nos preços dos produtos que compramos. Como a massa da população gasta quase tudo o que ganha em compras, os pobres e remediados do país pagam proporcionalmente muito mais. Somos dos poucos países com este absurdo. O imposto sobre a renda tem papel reduzido, quando deveria constituir uma ferramenta de redução das desigualdades: uma alíquota máxima de 27,5% faz com que eu como professor pague o mesmo que os ricos. Desde 1995, os lucros e dividendos distribuídos são isentos de impostos, aprofundando as desigualdades. Todos precisamos de serviços públicos, de políticas sociais, de infraestruturas, e os ricos que afirmam que “evasão fiscal não é roubo”, gostam de ter os seus filhos estudando em universidades públicas, de viver com ruas asfaltadas. As obrigações devem ser equilibradas. O princípio ético, de redução das injustiças, é fundamental.

Neste país em que a desigualdade estrutural é o principal entrave ao desenvolvimento, devemos também pensar os impostos em termos de produtividade da própria tributação. O ITR, Imposto Territorial Rural, praticamente não é cobrado, o que faz com que tenhamos imensas áreas de terra parada em mãos de quem nem a usa nem a deixa usar, esperando apenas a valorização de longo prazo que resulta da abertura de estradas, da pressão demográfica e de outros fatores. Cobrar imposto sobre terra parada estimula os proprietários a trabalhá-la ou a vendê-la a quem a trabalhe. O capital parado precisa de impostos para que seja estimulado a voltar a produzir. Isso vale igualmente para o imposto sobre lucros e dividendos, esse absurdo que gera um universo de aplicações financeiras improdutivas. Vale também para a Lei Kandir, que isenta de impostos a produção destinada à exportação. O slogan propagandístico da época, 1996, era “exportar é o que importa”. Hoje, o único setor produtivo que funciona é o de exportação primária, gerando um neocolonialismo tecnologicamente avançado, mas desastroso para o país: gera poucos empregos e muitos desastres ambientais, descapitalizando o país em vez de usar os

recursos naturais para financiar o desenvolvimento industrial. Generalização de fortunas financeiras improdutivas, em particular internacionais, bem como desastres ambientais e reprimarização da economia são o resultado do sistema.¹¹

Uma terceira deformação do sistema tributário consiste na extrema concentração dos recursos em Brasília, com acesso muito limitado aos recursos por parte dos governos de estados e, em particular, dos 5.570 municípios do país. Com 87% de população urbana, praticamente todos os municípios do país têm hoje núcleos urbanos que permitem uma descentralização efetiva de acesso aos recursos para o uso diferenciado em função das realidades locais. Os poderes locais numa Suécia administram cerca de 70% dos recursos públicos. No Brasil, estamos no nível da ordem de menos de 20%, com prefeitos viajando para Brasília para buscar uma fatia de emendas parlamentares, transformando a política em negociata permanente. É importante lembrar que o sistema integrado informatizado permite hoje seguir os fluxos de recursos, e que os municípios menores têm se organizado em consórcios intermunicipais que asseguram outro nível de eficiência. O princípio geral que caracteriza os sistemas que funcionam é que o dinheiro é utilizado de maneira mais eficiente quando a decisão do seu uso é mais próxima das comunidades interessadas. A China, segundo Kroeber, é mais descentralizada ainda do que a Suécia: tem um governo central politicamente forte, mas as iniciativas e a organização são locais.¹²

A política tributária atual é simplesmente escandalosa e paralisa o país. É injusta, improdutiva e ineficiente. Usa-se o argumento de que fazer os ricos pagarem impostos os fará levar o dinheiro para fora. Não precisam fugir: hoje, a evasão fiscal já é da ordem de

¹¹ Conforme vimos, também gera uma fome catastrófica, que atinge inclusive milhões de crianças. O Brasil que, por exemplo, com 11 milhões de toneladas produz arroz suficiente para toda a população, mas privilegia a exportação em plena subida de preços de alimentos e explosão da fome: “Segundo a gerente de Exportações da Abiarroz, Carolina Telles Matos, o aumento da demanda mundial pelo cereal e a intensificação das ações promocionais do Projeto Brazilian Rice – desenvolvido pela associação em parceria com a Apex-Brasil – contribuíram para o bom desempenho das vendas externas do setor no mês passado.” O Brasil tinha saído do mapa da fome da FAO. Canal rural, 20/10/2021 - <https://www.canalrural.com.br/noticias/brasil-aumenta-exportacoes-de-arroz-em-setembro-mesmo-com-dificuldades-no-frete/>

¹² Arthur A. Kroeber – *China's Economy* (Oxford U.P., 2016). <https://dowbor.org/2016/11/arthur-r-kroeber-chinas-economy-oxford-oxford-university-press-2016-isbn-978-0-19-023903-9-320-p.html>

8% do PIB, e temos centenas de bilhões de dólares em paraísos fiscais. Temos é de resgatar a política tributária no país, de forma justa e honesta.¹³

- **Política de crédito**

O dinheiro que está nos bancos é nosso, da população e das empresas, não é dos bancos, instituições que podem ser privadas, mas têm de receber uma autorização do Banco Central, uma carta patente que os autoriza a trabalhar com o dinheiro de terceiros. Inclusive, o dinheiro que financia a dívida pública é nosso dinheiro, dos nossos impostos. O essencial é que os intermediários financeiros que administram os nossos recursos têm de fazê-lo de maneira útil para a sociedade. No Brasil, no conjunto, o sistema de intermediação financeira, em vez de prestar serviços de intermediação e de promover o fomento da economia, transformou-se em um sistema de drenos financeiros, travando o consumo das famílias, o investimento empresarial, e o investimento público através do chamado serviço da dívida. Apresentamos os mecanismos em detalhe no livro *A Era do Capital Improdutivo*, em particular no capítulo 12.¹⁴

O fundamental, em termos econômicos, é que intermediando dinheiro dos outros ou emitindo papéis e inclusive dinheiro sob forma de dívida, ganha-se mais dinheiro do que produzindo. Quando os juros, e temos de incluir as inúmeras tarifas e “reciprocidades” cobrados, são superiores ao rendimento que asseguram aos tomadores de crédito, o resultado são pessoas e empresas indefinidamente endividadas, que “rolam” a dívida sem conseguir sair do ciclo de endividamento. Um ponto de referência simples é utilizar a média dos juros cobrados nos países da OCDE. Para se ter uma ordem de grandeza, vale mencionar que os juros sobre o rotativo do cartão no Canadá são de 11% ao ano, enquanto no Brasil são da ordem de 360% no início de 2022.

A agiotagem tem de voltar a constituir crime, como estava estipulado no artigo 192º da Constituição de 1988. E tem de ser retomada a política adotada pela presidente Dilma

¹³ O melhor estudo e sistematização de propostas, bem quantificadas, *A Reforma Tributária Necessária* (2018), foi coordenado por Eduardo Fagnani, com participação de cerca de 40 pesquisadores. Está disponível em <https://dowbor.org/2018/06/eduardo-fagnani-org-a-reforma-tributaria-necessaria-anfip-fenafisco-plataforma-politica-social-sao-paulo-2018.html> Ver também Fenafisco, <https://fenafisco.org.br/28/07/2020/tributar-os-super-ricos-para-reconstruir-o-pais-fenafisco-e-entidades-parceiras-lancam-propostas-para-a-promocao-de-justica-fiscal/>

¹⁴ L. Dowbor – *A Era do Capital Improdutivo* (Autonomia Literária, 2017). Disponível em <https://dowbor.org/2017/11/2017-06-l-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-literaria-sao-paulo-2017-316-p-html.html>

em 2013, que era de utilizar os bancos públicos para oferecer crédito com juros adequados à economia, forçando assim a ruptura do cartel dos grandes bancos privados e da agiotagem que eles praticam. Isso envolve também os crediários, que no Brasil geram lucros fabulosos para grandes redes comerciais que se tornaram mais intermediários financeiros do que propriamente comerciais.

As medidas, aqui também, são conhecidas. O Banco Central tem de voltar a ter um papel regulador do sistema de crédito e os bancos têm de voltar a servir a sociedade cujo dinheiro administram, e não apenas se servirem dele. Adotar medidas próximas da média da OCDE não só assegura essa funcionalidade, como evita fluxos especulativos com o mercado financeiro externo. As limitações são de ordem política, não técnica ou financeira. Tanto acionistas nacionais como internacionais se acostumaram a drenar a economia brasileira, gerando fortunas improdutivas em volumes espantosos. E qualquer mexida no rentismo financeiro, que se instalou nos anos 1990, gera oposição violenta entre as elites, como se viu com a redução das taxas de juros e taxaço de lucros especulativos (*carry trade*) adotadas pelo governo Dilma, e que originou o golpe.

Grande parte da impunidade com a qual grupos financeiros drenam a economia resulta da pouca compreensão dos mecanismos financeiros por parte da população, como se vê com o absurdo da elevação da taxa Selic com o pretexto de combater a inflação, justificação sem sentido numa inflação que não é de demanda, ou com a apresentação de juros ao mês, quando o resto do mundo trabalha com taxas anuais. O sistema financeiro precisa se tornar transparente e o Banco Central tem um papel importante a desempenhar e que precisa ser resgatado. Os meios de comunicação comerciais jogam a culpa nos tomadores de crédito, dizendo que precisam de educação financeira, quando não há educação financeira que resolva frente ao cartel da agiotagem.

- **Aproveitamento das exportações primárias**

O Brasil tem imensas riquezas naturais, tanto em energia, como em água, minérios e solo agrícola. Essas riquezas têm de ser aproveitadas para financiar o desenvolvimento equilibrado do país. O que constatamos na fase mais recente é uma reprimarização radical da economia, fragilizando a indústria, a pequena e média empresa e a agricultura familiar destinadas ao mercado interno. Com tecnologias muito avançadas e sob controle

financeiro dos grandes *traders* de commodities, a exportação de bens primários tornou-se o setor que mais cresceu na economia brasileira.

A produção de commodities gera desastres ambientais, cria poucos empregos, e tem efeitos limitados de indução do desenvolvimento ao enriquecer acionistas e intermediários comerciais. As riquezas naturais se esgotam gradualmente, tanto pela redução de reservas minerais como pela fragilização dos solos e destruição da cobertura florestal. Os seus avanços só se justificam ao se utilizar os recursos gerados para sair da dependência de bens primários. Isso envolve o enriquecimento da cadeia de produção, tanto a montante, com tecnificação dos insumos (base científico-tecnológica, equipamentos, infraestruturas) como a jusante, exportando, por exemplo, óleo de soja e outros subprodutos industrializados em vez de exportar o produto bruto.

Por outro lado, como se trata essencialmente de riquezas naturais que pertencem à nação, como o petróleo, em vez de serem privatizadas e usadas para enriquecer os *traders* internacionais e seus associados internos, devem contribuir ao financiamento do desenvolvimento equilibrado do país, com mais ciência e tecnologia, educação, indústria e outros setores que permitam dinamizar o conjunto. A privatização faz com que os lucros das atividades primárias exportadoras enriqueçam acionistas internacionais e nacionais. A privatização aqui significa desnacionalização, enquanto a isenção fiscal (Lei Kandir) faz com que os recursos pouco contribuam para financiar políticas públicas. Trata-se de utilizar o setor primário como alavanca para dinamizar setores tecnologicamente mais avançados e mais ligados ao bem-estar do país. O que temos hoje constitui essencialmente um dreno. No caso da fome generalizada, trata-se de um escândalo.

- **Alocação racional de recursos: política fiscal**

O problema principal do país, em termos de financiamento, não é a falta de recursos, mas a sua alocação que privilegia ganhos financeiros improdutivos em vez de fomentar a economia. Como vimos, uma parte da dinâmica a ser corrigida é a política tributária, desonerando o consumo e atividades produtivas e cobrando impostos sobre as grandes fortunas e usos improdutivos. De forma semelhante, a política de crédito deve favorecer o financiamento de atividades produtivas. A política fiscal visa racionalizar o uso do dinheiro público. No conjunto, o financiamento público deve buscar os efeitos multiplicadores dos recursos. Como vimos acima, assegurar a renda básica gera retorno

superior ao que o governo repassa à base da sociedade. Financiar saneamento básico gera economias ao reduzir os custos com doenças. Financiar o apoio à agricultura familiar assegura efeitos produtivos que também multiplicam os recursos. As políticas de seguridade social geram bem-estar e demanda na base da sociedade.

O país adquiriu - principalmente por meio da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, mas também dos bancos públicos regionais, uma grande capacidade de gestão produtiva de recursos financeiros. A partir de 2015, a prioridade passou a ser o aumento do lucro dos bancos e, conseqüentemente dos acionistas, e não o efeito multiplicador de atividades produtivas. Em termos gerais, em vez de apontar o déficit e propor redução de “gastos”, em nome da “austeridade”, o governo precisa orientar os recursos para dinamizar a base produtiva subutilizada, reduzindo o déficit através da expansão da base produtiva. Isso envolve priorizar a inclusão produtiva que vimos acima, com renda básica, expansão das políticas sociais e dos investimentos em infraestruturas e as políticas de geração de emprego. O déficit se combate aumentando a base produtiva.

O problema básico não é “de onde” vêm os recursos, que são dos impostos, e podem ser de conversão das reservas cambiais, do endividamento ou até de emissão monetária pública, e sim “para onde” vão: um bom investimento gera retorno e equilibra as contas. Não há como não ver a pilhagem generalizada dos recursos públicos que gerou a situação de se vive no país em 2022, com paralisia econômica, déficit público elevado, inflação crescente, taxas absurdas de juros, entrega de recursos naturais, inclusive do petróleo, tão importante para financiar o desenvolvimento. A convergência dos absurdos de uma tributação regressiva, de agiotagem nas políticas de crédito e de uma política fiscal que privilegia corporações financeiras em vez do fomento da economia, gera uma catástrofe com dimensões simultaneamente econômicas, políticas e sociais.

3) Racionalização da gestão: o processo decisório

Temos os recursos financeiros e tecnológicos, sabemos o que deve ser feito – em nível global trata-se de buscar uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável – e inclusive temos os detalhamentos nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹⁵, 169 metas e 230 indicadores. Conhecemos os nossos dramas, a fome, as insuficiências e desigualdade na educação, os dramas da saúde, a destruição ambiental, o caos financeiro e tantos problemas que enfrentamos. Sistematizar, quantificar e divulgar os nossos problemas é fundamental, mas quando temos uma convergência de tantas dinâmicas críticas, temos de pensar não só nos dramas, como também nos processos de gestão que os geram, ou que impedem que sejam enfrentados. Com simplificações ideológicas absurdas como esperar que os mercados resolvam, Estado mínimo, privatizações, desvio de dinheiro público para o serviço da dívida e, sobretudo, a priorização generalizada de ganhos financeiros, temos uma crise do próprio processo de solução de problemas. A impotência institucional que assola o país tem de ser enfrentada, gerando a governança necessária, racionalizando o processo decisório da sociedade.

- **A articulação do Estado, das empresas e da sociedade civil**

Os mercados sozinhos não resolvem. Onde em outra era tínhamos inúmeras empresas que se enfrentavam no mercado para prestar serviços adequados, hoje temos gigantes corporativos, plataformas que controlam as finanças, as comunicações, a informação e inclusive os comportamentos privados e têm peso decisivo no parlamento, no Executivo e em grande parte no Judiciário. A apropriação privada das políticas públicas constitui um desafio central, e significa que perdemos tanto o poder regulador da livre concorrência empresarial – que subsiste apenas em áreas da pequena e média empresa – como os sistemas de planejamento de médio e longo prazo que tiveram e têm papel importante tanto na União Europeia como evidentemente na China e outros países. O mundo globalizado e financeirizado perdeu os seus dois principais mecanismos reguladores, a concorrência empresarial e o planejamento econômico e social.

¹⁵ Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas podem ser acessados em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Somos sociedades demasiadamente complexas para sermos geridos por simplificações ideológicas como o neoliberalismo. No estudo *O Pão Nosso de Cada Dia: opções econômicas para sair da crise*¹⁶, propusemos um conjunto de soluções baseadas não no maniqueísmo ideológico, mas no acompanhamento do que funciona, em que condições e com que formas de organização, nos mais diversos setores: produzir carros, comercializar bens e serviços pode ser regulado no quadro da propriedade privada e com mecanismos de mercado, mas as grandes infraestruturas, como transportes, energia, comunicações e água e saneamento precisam de visão sistêmica, planejamento de longo prazo e participação decisiva do Estado. Outra área vital da economia, que hoje se tornou dominante, que são os serviços de intermediação como finanças, comércio de *commodities*, intermediação jurídica e semelhantes – os cobradores de pedágio de qualquer atividade econômica – precisam de sistemas de regulação e, em particular, de setores estatais para reduzir a força da cartelização. Hoje, a economia é dominada por intermediários que “facilitam”, mas, na realidade, são atravessadores. E uma quarta área que se agigantou, a das políticas sociais, com saúde, educação, segurança e semelhantes, onde funciona, é assegurada sob forma de políticas públicas, gratuitas e de acesso universal.

Em outros termos, ao olharmos como e onde funcionam de forma adequada as diversas áreas de atividade, a educação na Finlândia, as políticas urbanas na Dinamarca, o sistema financeiro na China, na Alemanha e na Suécia, o sistema de saúde na Grã-Bretanha, a conclusão a que chegamos é que não se trata de Estado máximo ou mínimo, mas do Estado dirigir os setores em que a visão pública e sistêmica é essencial. As empresas produtivas podem, sim, se regular por mecanismos de mercado, dentro de um marco jurídico que controle a formação de monopólios e os impactos ambientais. As grandes redes de infraestruturas precisam de visão de longo prazo, objetivos sistêmicos e de planejamento público, com forte participação do Estado. As plataformas de intermediação financeira e de comunicação precisam ser confrontadas fortemente com regulação, pois tendem, naturalmente, a formar monopólios de demanda. As políticas sociais exigem formas descentralizadas e participativas de gestão, já que se trata de redes capilares de serviços que devem chegar a cada casa, a cada criança, a cada comunidade.

¹⁶ Dowbor, Ladislau. *O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Ou seja, precisamos optar pelas formas de organização e processos decisórios que melhor funcionem segundo as diferentes áreas de atividade.

Podemos chamar isso de sistemas mistos e articulados de gestão. Não se trata de simplificações ideológicas, e sim da aplicação do bom senso. Privatizar a Petrobrás e submeter o conjunto do país às oscilações dos mercados internacionais, quando temos a matéria prima e a cadeia técnica completa nas nossas mãos é compreensível pelos interesses envolvidos, mas é um desastre para o país e uma idiotice em termos de gestão. As exportações de recursos naturais devem servir para financiar o desenvolvimento, não o rentismo de acionistas. E o Estado precisa retomar o seu papel articulador do conjunto.

- **Gestão descentralizada em rede**

As formas atualizadas de gestão se deslocaram tanto no setor público como no setor privado. Grandes corporações privadas com unidades em numerosos países e em vários setores trabalham com sistemas descentralizados e articulados em rede, para otimizar o processo decisório. No caso do Brasil, com a dimensão territorial, diversidade regional e 5.570 municípios, o sistema centralizado atual, em que a alocação de recursos termina ficando essencialmente em Brasília, é irracional tanto para a base da sociedade, que não dispõe dos recursos correspondentes aos encargos, como para o governo central, atolado em micro negociações. O estudo de Marcélio Uchôa, *O que os gestores públicos municipais precisam saber (2019)*¹⁷, mostra em particular a impotência dos pequenos e médios municípios. A descentralização de recursos, acompanhada de uma gestão em rede, permitirá aos diversos níveis governamentais seguir em detalhe os fluxos financeiros e as realizações, dependendo naturalmente de se assegurar a inclusão digital generalizada, condição prévia para qualquer gestão racional de recursos, com os devidos controles.

Para os municípios, como vimos acima relativamente à subutilização das capacidades de gestão, é essencial a descentralização de recursos, a possibilidade de organizar finanças de proximidade, com bancos públicos municipais (como na Alemanha, na China, na Califórnia e em numerosos outros casos), bancos comunitários de desenvolvimento, e evidentemente o aumento de transferências previsíveis, permitindo um planejamento

¹⁷ Marcélio Uchôa. *O que os Gestores Públicos Municipais Precisam Saber* (CRV, 2019). Confira resenha em: <https://dowbor.org/2020/08/marcelio-uchoa-o-que-os-gestores-publicos-municipais-precisam-saber-ed-crv-2020-prefacio-dowbor.html>

local adequado. A Constituição de 1988 é neste plano desequilibrada, com transferência de mais encargos para os municípios, mas não dos recursos correspondentes, exigindo um pacto federativo reformulado. É importante reiterar que o sistema em rede informatizado permite que o conjunto dos fluxos seja acompanhado nos diversos níveis de governo, assegurando ao mesmo tempo o controle necessário e a flexibilidade da gestão em função da diversidade dos municípios e das regiões. A título de exemplo, o relatório de pesquisa *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local* (2009)¹⁸ sistematiza em 8 setores e 89 propostas o que poderia ser uma racionalização do processo decisório a partir da unidade básica da gestão pública que é o município.

- **Inclusão digital**

Com o deslocamento das atividades para a economia imaterial, a inclusão digital de qualidade, a conectividade generalizada de todos os agentes econômicos e sociais, e inclusive dos indivíduos, tornaram-se fundamentais. Em termos de custo-benefício, a inclusão digital constitui a iniciativa de maior efeito multiplicador, ao aumentar radicalmente as opções de que dispõem tanto as pessoas físicas, como as pessoas jurídicas e os diversos níveis de administração pública. No Brasil é um recurso amplamente subutilizado, como se constata nos relatórios do Comitê Gestor da Internet (CGI), com um quarto da população excluída, e uma parcela limitada da população com acesso pleno de qualidade. A exclusão, ou inclusão digital apenas parcial, aprofunda a desigualdade: como pode estudar a criança sem acesso à internet?

Ainda que sejam associados a atividades econômicas de ponta, hoje a inclusão digital e o acesso às tecnologias em geral são vitais para qualquer pequeno produtor. O pequeno agricultor precisa de inseminação artificial, de análise de solo, de informação meteorológica, de informação de preços, de consulta com potenciais clientes. A conectividade rompe o isolamento, e permite inclusive romper os pedágios de atravessadores ao facilitar a venda da produção ao consumidor final. É preciso lembrar que a rede de transportes permite articular os agentes econômicos do território, mas envolve custos muito elevados. A conectividade em rede tem custos baixíssimos, pois as

¹⁸ *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local* (Inst. Cidadania, Sebrae, Fundação Banco do Brasil, 2001, 114 p.) - <https://dowbor.org/2009/06/politica-nacional-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-2009.html>

ondas eletromagnéticas são da natureza, veículo natural de articulação de todas as atividades. Os preços que pagamos pelo acesso à internet não resultam dos custos, e sim dos lucros elevados dos oligopólios, que cobram pedágios sobre canais de transmissão (ondas eletromagnéticas) que são da natureza. Tal como as redes de abastecimento de água e de energia, o acesso de alto nível e generalizado ao ambiente digital pode ser assegurado como serviço público, cobrindo essencialmente os custos.

Iniciativas pioneiras como Pirai Digital¹⁹, que assegurou a cobertura do sinal de internet em todo o território municipal, com custos baixíssimos, mostram como uma economia pode ser dinamizada ao se liberar o acesso à comunicação, ao conhecimento, às articulações em rede em todas as áreas de atividade. As experiências do Quênia e inúmeras outras mostram como o contato direto entre agentes econômicos permite escapar aos custos impostos pelos bancos e outros intermediários financeiros ou comerciais. As plataformas colaborativas locais permitem uma dinamização de sinergias entre os agentes econômicos locais ou regionais, como vemos com a plataforma colaborativa local para taxistas em Araraquara, onde o que os motoristas ganham fica no município, em vez de financiar acionistas da Uber mundial.²⁰

Na era da economia e da sociedade do conhecimento, o atraso que o Brasil está demonstrando na base técnica e no processo de inclusão digital é catastrófico. A recusa do ministro Paulo Guedes, em 2021, de autorizar o financiamento de 3,5 bilhões de reais para assegurar acesso à internet em escolas públicas mostra uma incompreensão radical das prioridades e das dimensões científico-tecnológicas do desenvolvimento. Na realidade, com o conhecimento se tornando o principal fator de produção das economias modernas, assegurar sistemas performantes de acesso para todos tornou-se essencial. Destruir os limites à inclusão digital constitui uma das iniciativas mais promissoras.

¹⁹ <https://www.piraidigital.com.br/>

²⁰ *Bibi Mob de Araraquara* – Plataforma com prefeitura para carros por aplicativo, 93% vão para os próprios motoristas. <https://www.google.com/amp/s/revistaforum.com.br/politica/bibi-mob-o-uber-publico-de-araraquara-bomba-com- apenas-um-mes-de-lancamento/amp/>

- **O potencial das plataformas colaborativas**

A conectividade geral abre novas oportunidades para a organização da gestão comunitária participativa, por meio de plataformas de colaboração local. Enquanto plataformas globais como a Uber drenam grande parte do que os motoristas ganham, em Araraquara, por exemplo, uma plataforma local, gerenciada pela Prefeitura, garante aos motoristas que ganhem 93% do valor total que recebem. O exemplo de Piraí mencionado acima garante que empresas locais, serviços públicos e pessoas físicas estejam todos conectados, permitindo inúmeras formas de colaboração, sem depender dos monopólios da plataforma. Em São Paulo, a Casa Verde organizou uma plataforma colaborativa que garante soluções de proximidade para a produção, cultura, organizações comunitárias.²¹ Essa inversão das plataformas globais de extração e negociação de informações pessoais para gerar fortunas de marketing é essencial, e nos permite escapar do sistema de monopólio de demanda. O Brasil já possui 180 bancos de desenvolvimento comunitário com moedas locais, e uma sinergia das iniciativas locais. Eles ainda têm uma participação muito pequena no sistema de crédito, mas, juntamente com as cooperativas financeiras, mostra o potencial das plataformas de colaboração local para o empoderamento das comunidades. Arun Sundararajan apresenta uma visão geral das oportunidades na "economia compartilhada".²²

É importante entender que a gestão das grandes corporações como os bancos e os produtores e exportadores de bens primários (agroindústria, mineração) é, hoje, muito moderna e avançada, mas prioriza a maximização de lucros, num ambiente descontrolado e que abdicou de qualquer soberania. Não há problema algum em exportar petróleo, se os impostos cobrados e os recursos angariados servirem para financiar a industrialização e os avanços científicos. A gestão pública, no entanto, foi apropriada pelo mundo financeiro, o que leva a que as corporações se tornem drenos das riquezas, em vez de contribuírem para o desenvolvimento. Os países que funcionam, como vimos, asseguram

²¹ Fernando Camilher – Nosso núcleo Casa Verde – 2021 - <https://dowbor.org/2021/10/nosso-nucleo-casa-verde-desenvolvimento-local-sustentavel-fomentado-pela-vontade-do-territorio-e-pela-tecnologia.html>

²² Arun Sundararajan – *The Sharing Economy: the end of employment and the rise of crowd-based capitalism* - Cambridge, MIT Press, 2016 - <https://dowbor.org/2016/09/arun-sundararajan-the-sharing-economy-the-end-of-employment-and-the-rise-of-crowd-based-capitalism-cambridge-mit-press-2016-isbn-9780262034579.html>

um equilíbrio razoável entre Estado, empresas (e, em particular, os gigantes transnacionais) e os diversos níveis de organização da sociedade civil, em particular sindicatos e outros tipos de associações. No Brasil, os dramas como a fome, a desindustrialização, a reprimarização, o atraso científico e educacional e outras deformações, são bastante estudados e conhecidos, mas precisamos voltar a atenção para as causas, em particular o processo decisório que permitiu e continua permitindo o divórcio entre os interesses privados de curto prazo, inclusive internacionais, e os interesses da nação. Precisamos de um choque de gestão moderna tanto na administração pública como nos seus relacionamentos com os diversos agentes econômicos e sociais. Reinventar o governo não seria uma expressão exagerada.

4) As bases políticas: democratização

Não há como não se dar conta de que estamos vivendo numa democracia de faz-de-conta. O governo das oligarquias e a articulação de interesses internos e internacionais que, com raros intervalos, têm caracterizado a nossa política, deforma o desenvolvimento na medida em que favorece a autorreprodução de privilégios, aprofundando a fratura social do país. O mesmo processo favorece a erosão da soberania do país, já que os grupos efetivamente no poder são, hoje, essencialmente associados aos gigantes financeiros internacionais, aos *traders* de comercialização de commodities, aos interesses das grandes potências por acesso a matérias primas, sem consideração com os dramas sociais, econômicos e ambientais gerados. O alinhamento com interesses externos rompe o equilíbrio necessário entre as pressões externas e as necessidades de longo prazo do nosso desenvolvimento. Nunca haverá soberania total neste mundo hoje interdependente, mas se não houver um governo capaz de negociar os interesses do Brasil, o país será simplesmente usado, como está sendo desde o golpe. A democratização e a soberania são vitais para o conjunto dos nossos objetivos.²³

²³ Para uma discussão mais ampla do tema, veja *Democracia Econômica: alternativas de gestão social* (Vozes, 2012). <https://dowbor.org/2012/06/1-dowbor-democracia-economica-alternativas-de-gestao-social-vozes-2012-131p.html>

- **Democracia participativa**

A democracia não se sustenta apenas no voto, necessita de formas democráticas de consulta regular, acompanhamento dos programas, participação nas diferentes iniciativas. Como vimos, isso envolve uma forte descentralização do processo decisório, em particular para o nível municipal, que é onde a população conhece os problemas, os personagens políticos, os desafios a enfrentar. Isso pode perfeitamente coexistir com formas modernas de controle financeiro e de resultados, no quadro da gestão descentralizada em rede que vimos acima. Não se trata de ideais, é simplesmente muito mais eficiente cada cidade poder resolver os problemas do seu cotidiano, a formação de um cinturão verde horti-fruti-granjeiro, políticas de emprego, melhoria de infraestruturas e assim por diante. As escolas, colégios e faculdades podem hoje se articular em níveis regionais para o intercâmbio científico. Isso inclusive melhora a gestão no nível do governo central, que pode se concentrar nas questões mais amplas.

As tecnologias modernas apropriadas por gigantes corporativos geraram um sistema de centralização de poder e de concentração de riqueza intoleráveis, desastrosos em termos econômicos, sociais e ambientais. A democratização, perfeitamente possível em termos técnicos e com baixos custos, pode abrir espaço para uma reapropriação das iniciativas pela base. Na era do conhecimento e com as tecnologias disponíveis, a ideia de uma sociedade descentralizada e participativa se torna simplesmente realista, como vemos em numerosos países. O exemplo do bairro da Casa Verde, em São Paulo, em que uma plataforma colaborativa permite que as empresas, clubes, escolas de samba e até famílias se articulem no próprio bairro em função das suas necessidades e projetos, mostra o espaço de oportunidades que se abrem.²⁴

Não estamos mais na pré-história em que uma minoria tinha acesso à educação e aos conhecimentos gerais. Em toda parte, hoje, há gente escolarizada, e a conectividade global permite interações colaborativas. É a base de um sistema democrático muito mais participativo que precisamos assegurar, fazendo contrapeso ao sistema centralizado de

²⁴ Veja os detalhes da organização da Casa Verde no artigo de Fernando Camilher, *Nosso Núcleo Casa Verde – Desenvolvimento local sustentável fomentado pela vontade do território e pela tecnologia* (2021), disponível em <https://dowbor.org/2021/10/nosso-nucleo-casa-verde-desenvolvimento-local-sustentavel-fomentado-pela-vontade-do-territorio-e-pela-tecnologia.html>

interesses das grandes corporações e das suas articulações políticas. É fundamental entender que quando o principal fator de produção é o conhecimento imaterial e, portanto, passível de reprodução infinita sem custos adicionais, abrem-se imensas oportunidades em que a colaboração é mais eficiente do que a competição. De certa maneira é a base tecnológica da transformação política.²⁵

- **O resgate da dignidade humana**

A desigualdade medida em termos econômicos, em particular de renda e de riqueza, continua fundamental. Mas as suas manifestações se dão em complexas dinâmicas sociais, pelas quais a desigualdade econômica se articula com a desigualdade de gênero, de raça, de sexo, de idade, de regiões ou até de bairros. A desigualdade tem de ser analisada e enfrentada no plural, tal como as Nações Unidas tem trabalhado com o conceito de pobreza multidimensional. Um conceito mais amplo do resgate da dignidade humana que envolve desde assegurar o piso econômico para todos, até o enfrentamento das mais variadas formas de prepotência e de humilhações que atingem a maior parte da população, refletindo melhor o impacto sistêmico das várias formas de desigualdade. As contradições de classe continuam essenciais, mas as suas ramificações e manifestações diferenciadas vão muito além das dimensões econômicas. Temos de organizar a política na linha da convergência das diversas formas de combate à discriminação.²⁶

A lei de cotas adotada no Brasil foi um sucesso impressionante, em particular porque a inclusão por meio da educação e do acesso ao conhecimento em geral tem impactos estruturais e de longo prazo, e será cada vez mais determinante, à medida em que a dimensão do conhecimento nos processos produtivos segue se tornando dominante. Vimos no caso das comunidades organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) como a inclusão produtiva precisa ser acompanhada por uma mudança cultural profunda no respeito mútuo, no sentimento de pertencer a uma construção social mais ampla. Inúmeras atividades econômicas, como vimos as iniciativas de economia solidária promovidas em particular por Paul Singer, e os avanços dos sistemas

²⁵ Uma leitura importante é o livro de Jeremy Rifkin, *A sociedade de custo marginal zero* (2015), <https://dowbor.org/2015/03/jeremy-rifkin-the-zero-marginal-cost-society-the-internet-of-things-the-collaborative-commons-and-the-eclipse-of-capitalism-new-york-palgrave-macmillan-2014.html>

²⁶ O livro mencionado de Mário Theodoro, *A Sociedade Desigual*, constitui um aporte fundamental nesta discussão e reorientação de políticas.

cooperativos contribuem para gerar dinâmicas ao mesmo tempo produtivas e colaborativas, em que as dimensões econômica, política, social e cultural se encontram e se tornam sinérgicas. Não há como deixar de ver que enfrentamos um horizonte de mudança civilizatória: é uma outra economia que necessitamos, não apenas ‘mais economia’.²⁷

- **O resgate da relação com a natureza**

Há relativamente pouco tempo, os desafios ambientais eram defendidos por minorias informadas, mas hoje, com a dimensão das catástrofes, cada vez mais gente compreende que meio ambiente é uma questão vital. Trata-se de assegurar a nossa sobrevivência na Terra. É, sem dúvida, mais fácil mobilizar as pessoas em torno de problemas de curto prazo, mas o cenário mudou e muitos, em particular na nova geração, já entenderam e se mobilizam como constatamos nos movimentos no Chile e em outros países. É uma mudança cultural profunda que abre a possibilidade de mobilizar as pessoas não só em torno dos seus desafios imediatos, como também dos desafios sistêmicos de médio e longo prazo. Estamos indo muito além dos “verdes”. É um desafio da humanidade.²⁸

O conceito básico de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável, muito presente em nível internacional, faz parte desta dimensão mais ampla da mobilização da sociedade. Chega de barbárie. Por um lado, isso envolve capacidade de regulação por parte do Estado, para coibir dramas como Mariana, queima das florestas e do cerrado, agrotóxicos em todos os alimentos e nos rios, e assim por diante. Por outro lado, envolve o imenso potencial de políticas públicas de emprego, com saneamento básico, arborização urbana, e tantas possibilidades, no nível dos municípios, com cofinanciamento dos estados e da Federação, gerando ao mesmo tempo emprego, renda e vida mais saudável na base da sociedade. Igualmente significativo é o

²⁷ Leonardo Boff o exprime em breves palavras no artigo *Uma outra agenda mundial: libertemos a vida ou um outro paradigma civilizatório* (2022). <https://dowbor.org/2022/05/uma-outra-agenda-mundial-libertemos-a-vida-ou-um-outro-paradigma-civilizatorio.html>

²⁸ Há uma explosão de pesquisas, relatórios, estudos sintéticos, mas ação absolutamente insuficiente. Um trabalho de primeira linha é o *A Terra Inabitável*, de David Wallace-Wells, <https://dowbor.org/2019/07/david-wallace-wells-the-uninhabitable-earth-life-after-warming-tim-duggan-books-penguin-new-york-2019.html>; George Monbiot produziu uma excelente síntese no seu *Regenesis: feeding the world without devouring the planet*, Penguin, 2022.

fato de que, hoje, um país aderir a políticas ambientais coerentes é de primeira importância para as relações internacionais e para a abertura de mercados.

- **Uma civilização baseada no conhecimento e na colaboração**

É sonhar demais com uma mudança profunda de valores na própria cultura de competição, de exploração e de guerra de todos contra todos? Na realidade, trata-se de evitar o pesadelo. Hoje, temos uma explosão de estudos que mostram que estamos caminhando rapidamente para uma destruição da nossa própria civilização, tanto pelos dramas ambientais – nós somos parte da natureza que estamos destruindo – quanto pela desigualdade explosiva que nos torna ingovernáveis; e pela desarticulação deste pequeno avanço que tivemos ao longo dos últimos séculos, o conceito de uma sociedade democrática. Os desafios foram bem resumidos por David Wallace-Wells, no seu livro *A Terra Inabitável*²⁹, e em inúmeros estudos que detalham o passo a passo e as projeções da catástrofe em câmera lenta que enfrentamos. A cultura da guerra, desse “todos contra todos”, diante das tecnologias modernas, gera uma dinâmica simplesmente destrutiva. Não se trata de ‘destrutiva’ no sentido acadêmico ou parlamentar, e sim de destrutiva no sentido físico, dos nossos filhos e netos, quando não de nós mesmos, lembremos da pandemia que se espalhou pelo planeta. Temos de aprender a colaborar e a colocar orelhas de asnos, como se fazia com maus alunos nas escolas, nos bilionários que se lambuzam de dinheiro e poder e geram o caos.

A diferenciação entre interesses pontuais e interesses difusos ajuda muito na compreensão dos dilemas. A maioria da população brasileira apoia, sem dúvida, a preservação da Amazônia, mas são interesses difusos, fragmentados na consciência de milhões de pessoas, enquanto os interesses individualizados das corporações que lucram com a madeira, a soja, a carne e os minérios se articulam para comprar políticos, mudar as leis ou promover golpes se necessário. São interesses organizados que se tornam muito mais poderosos do que os interesses difusos da humanidade e, inclusive, ampliam a sua base de apoio com o pagamento de dividendos a tantos acionistas. Encontramos esta dinâmica na contaminação planetária dos aquíferos, rios e mares, na ampliação da

²⁹ David Wallace-Wells, *A terra inabitável* (Penguin, 2019) - <https://dowbor.org/2019/07/david-wallace-wells-the-uninhabitable-earth-life-after-warming-tim-duggan-books-penguin-new-york-2019.html>

mudança climática, na destruição da biodiversidade, na redução de centenas de milhões de pessoas ao desespero e à fome.

Hoje, temos as estatísticas, mas não o poder de mudá-las. A OMS (Organização Mundial da Saúde) apresenta, em detalhe, os 8,2 milhões de mortes prematuras causadas pelo cigarro, 7 milhões de fumantes e 1,2 milhão por exposição passiva. Morrem cerca de 4,2 milhões por poluição do ar, 3,6 milhões por poluição da água. Total 15,8 milhões por ano, com causas conhecidas, e evitáveis. A obesidade, causada em grande parte por alimentos industrializados, causa mais 5 milhões de mortes prematuras. O câncer, em boa parte causado por produtos químicos, gera 10 milhões de mortes anuais, e hoje atinge até jovens e crianças. As empresas que contribuem para essas mortes conhecem perfeitamente os números. Um bilhão de pessoas passam fome, 2,3 bilhões sofrem com insegurança alimentar, mas nos Estados Unidos 70% da soja e 30% do milho são para o gado. Não poderíamos privilegiar pessoas?

Mas como, se a prioridade é obter mais lucros e dividendos para os acionistas e grandes grupos financeiros? Aliás, todos eles assinam os princípios de ESG (Environment, Social Governance), mas não os aplicam. Lembram quantos anos levou e que batalha foi tirar o chumbo dos combustíveis? Ou para as empresas de tabaco reconhecerem que sabiam da ligação do cigarro com câncer? Os que contaminam a água com agrotóxicos são desinformados? Os que liquidam a vida nos oceanos não conhecem os números? A Volkswagen não sabia das mortes por emissão de partículas?³⁰

Temos de organizar a inclusão produtiva, assegurar as bases financeiras correspondentes, atualizar as formas de gestão para que as políticas funcionem e ampliar as bases políticas para que essas mudanças sejam possíveis. Nesse último ponto, somos por toda parte herdeiros de simplificações ideológicas, em particular na economia, em que justificamos a barbárie agitando o perigo de uma barbárie ainda maior. O historiador Eric Hobsbawm, com razão, escreveu que as teorias econômicas dos neoclássicos passaram a ser defendidas como uma teologia.³¹ O essencial é que as populações, as organizações da sociedade civil, as pequenas e médias empresas, o conjunto dos agentes

³⁰ Uma leitura importante é o livro de Nicholas Freudenberg, *A que custo?* (Elefante, 2022).

<https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/dowbor-retrato-do-capitalismo-em-fase-senil/>

³¹ Eric Hobsbawm. *The Age of Extremes* (Pantheon, 1994, p. 336).

sociais precisam ter uma presença muito mais ativa e cotidiana na gestão dos interesses do conjunto da sociedade. Frente à força das grandes corporações mundiais, teremos democracia participativa ou não teremos democracia. E, em particular, precisamos resgatar mais Paulo Freire, Franz Fanon e tantos indignados do planeta que buscaram uma vida digna para todos. Não hesitaria em dizer que precisamos de um novo humanismo e das formas correspondentes de organização de como a sociedade decide os seus rumos.

*Ladislau Dowbor é economista, professor da PUC-SP, consultor de diversas agências da ONU, e autor de numerosos livros e estudos técnicos, disponíveis online no site <https://dowbor.org> – Ver em particular o livro *Resgatar a função social da economia*, <https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html> e o artigo *O dreno financeiro que paralisa o país*, <https://dowbor.org/2023/02/o-dreno-financeiro-que-paralisa-o-pais-a-farsa-do-deficit.html>*